

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

Ana Carolina do Nascimento Silva

**A RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE O ESTADO E O MERCADO E A MEDIAÇÃO EXERCIDA
PELA ONG**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. João Assis Dulci

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Ana Carolina do Nascimento Silva, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201772130 A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE O ESTADO E O MERCADO E A MEDIAÇÃO EXERCIDA PELA ONG, desenvolvido durante o período de 04/02/2019 a 05/07/2019 sob a orientação de João Assis Dulci, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Ana Carolina do Nascimento Silva

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A relação intrínseca entre Estado e Mercado e a mediação exercida pela ONG

Ana Carolina do Nascimento Silva¹

RESUMO:

A sociedade tem sua composição dividida em duas dimensões, a infraestrutura – organização econômica, relações de produção e reprodução – e a superestrutura que está relacionada ao Estado e às instituições que orientam a vida do indivíduo. Ambas as dimensões estão sobre constante relação dialética, incorporando as transformações históricas e contextuais. A partir dos processos econômicos e políticos, desenvolveram-se instâncias que orientam formação da sociedade, assim como criação do Estado que está relacionada à busca por organizar as relações políticas e burocráticas que se possam instituir na sociedade. Imerso no sistema liberal, o Estado busca se inserir na competição monetária coagindo assim a sociedade civil a se articular para lidar com as demandas produzidas pelo vácuo econômico deixado pelo liberalismo e com a ausência da interferência positiva do Estado neste sentido. Assim, as Organizações não Governamentais nascem como expressão da mobilização de uma fração da sociedade civil em direção à redução dos problemas sociais. Neste movimento, as Organizações não Governamentais (ONG's) se posicionam na interseção da relação intrínseca entre Estado e mercado, visto que recebem investimentos financeiros para sua manutenção. Logo, através da existência do terceiro setor, este trabalho tem como objetivo expor as contradições presentes no sistema econômico liberal, a falta de independência do Estado em relação ao mercado e as implicações disso no âmbito social. Diante disto, a presente pesquisa tem como objetivo final produzir uma crítica ao liberalismo, enquanto sistema de reprodução capitalista, expondo as irregularidades que o mesmo produz na sociedade.

Palavras chave: sociedade civil, liberalismo, Estado, infraestrutura, superestrutura.

ABSTRACT:

Society has its composition divided into two dimensions: infrastructure - economic organization, relations of production and reproduction - and the superstructure that is related to the State and the institutions that guide the life of the individual. Both dimensions are about constant dialectical relation, incorporating the historical and contextual transformations. From the economic and political processes, instances have been developed that guide formation of society, as well as creation of the State that is related to the search for organizing the political and bureaucratic relations that can be instituted in society. Immersed in the liberal system, the state seeks to insert itself in monetary competition, thus coercing civil society to articulate itself to deal with the demands produced by the economic vacuum left by liberalism and the absence of positive state interference in this regard. Thus, Non-Governmental Organizations are Born as an expression of the mobilization of a fraction of civil society towards the reduction of social problems. In this movement, non-governmental organizations (NGOs) are positioned at the intersection of the intrinsic relationship between state and market, since they receive financial investments for their maintenance. Therefore, through the existence of the third sector, this work aims to expose the contradictions present in the liberal economic system, the lack of independence of the State in relation to the market and the implications of this in the social sphere. In view of this, the present research aims to produce a critique of liberalism as a capitalist reproduction system, exposing the irregularities that it produces in society.

Key words: civil society, liberalism, State, infrastructure, superstructure.

INTRODUÇÃO

A sociedade como conhecemos é formada por um conjunto de dimensões que são concebidas por uma estrutura que as rege constantemente. Assim sendo, para realizar um estudo sociológico, é necessário dispor de instrumentos que nos ajudem a compor uma análise crítica a respeito do que se propõe a estudar,

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: ananascimentosilva06@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. João Assis Dulci.

considerando as variáveis que são expressas em resposta a esta estrutura. Ainda que imersa em algumas dimensões, de acordo com a teoria composta por Marx, a estrutura social é dividida em duas partes, a infraestrutura que corresponde à organização econômica – as relações de produção e reprodução da força de trabalho – e a superestrutura expressa através do poder jurídico exercido pelo Estado, o qual atravessa as instituições que correspondem diretamente à vida do indivíduo (igreja, escola, etc). Deste modo, tanto a vida objetiva dos indivíduos quanto as relações interpessoais encontram-se atreladas às condições desenhadas pela estrutura econômica.

Marx se propõe a fazer uma anatomia do corpo social através do sistema econômico capitalista enquanto organizador das dimensões que compõem a superestrutura. O liberalismo, enquanto sistema econômico escolhido para realizar a presente pesquisa, é o modelo econômico o qual regula os modos de expropriação capitalista na sociedade, delineando as relações políticas sob as exigências da composição econômica por ele impostas. Nascido sob um contexto de intensa repressão dos governos autoritários, o liberalismo emerge sob a crítica à coerção estatal, expondo a necessidade de haver espaços onde seja possível aos membros da sociedade a qual participa exercer sua individualidade e liberdade. A construção do pensamento liberal concentra distinções entre o campo político, ético e econômico. Tal diferenciação se fez necessária, pois nem sempre as três esferas se relacionam.

O liberalismo político é composto pela crença de que o poder não deve ser legitimado pelo uso da força, mas sim pelo consentimento dos indivíduos participantes do corpo social. O liberalismo ético prega que o indivíduo deve se defender da forma que lhe for conveniente. Por fim, no liberalismo econômico está contida a defesa pela liberdade econômica e autonomia do Estado. Capitalismo e liberalismo não encontram oposição entre si, ao contrário, a revisão que o sistema liberal faz ao capitalismo concerne na possibilidade de exercer os mesmos modos de produção e acumulação sem a interferência burocrática do Estado. De igual modo, ambos produzem concessão ideológica na sociedade, tanto de forma prática quanto discursiva, para assegurar seu propósito último, o lucro.

O papel que o Estado exerce para a configuração da sociedade ocidental diz muito sobre os métodos utilizados pelo o sistema econômico para se projetar na superestrutura e como os grupos contidos na sociedade civil consentem com as ações e efeitos produzidos pelo mesmo. Weber, em seu texto “Política como vocação” (2004), delimita o conceito de Estado expondo seu poder coercitivo; um organismo que constrói e reafirma a legitimidade necessária para exercer o uso da força precedido do uso do poder discursivo; um “agrupamento político” cuja relação mais elementar está na dominação.

O filósofo Louis Althusser (1985), em seu estudo distingue o aparelho de estado do Estado em si. O aparelho de Estado é o instrumento regido pela classe dominante sob o propósito de preservar sua existência e contribuir com a busca de seus interesses. No entanto, é necessário criar métodos para que seja possível realizar a dominação necessária para alcançar tais fins, assim Althusser trás o conceito de “Aparelho Ideológico de Estado” que, em suma, estão encarregados de difundir o discurso ideológico necessário para perpetuar a dominação utilizando das instituições presentes na superestrutura. A contribuição que a análise de Althusser faz a este trabalho está em nos ajudar a compreender como o Estado se posiciona ante a hierarquia das classes sociais e como é comportada sua agência dentro desta divisão estrutural. É importante destacar alguns pressupostos presentes no pensamento de Althusser que são incompatíveis com a análise pretendida pelo presente trabalho. A leitura lacaniana e foucaultiana do autor o levam a negar a existência do sujeito e a perceber a história como uma série de rupturas estruturais, o que o impedem de incorporar de Marx a concepção dialética da mesma. Deste modo, a relação da história com o presente se perde juntamente com a agência do sujeito histórico numa concepção estruturalista e determinista da sociedade.

O conceito de sociedade civil exerce um importante papel para a articulação da análise do potencial subversivo que investigamos, visto que a sociedade civil esta distinta ao Estado e, para alguns autores, é considerado o espaço de reivindicação dos direitos civis e manifestação de autonomia ao Estado. A sociedade civil é interpretada por diversas correntes de pensamento, correspondendo sempre aos seus objetivos mais centrais. A autora Ellen Wood, em seu livro “Democracia contra o capitalismo” (2003) traça o caminho histórico pelo qual o conceito percorreu e as contradições ao qual foi submetido. Para os liberais, visto que o Estado impõe sobre os indivíduos um poder altamente coercitivo, era necessária a formulação de espaços em que seja possível exercer as liberdades individuais. Assim, considerando que a liberdade

prezada pelo liberalismo consiste na competição mercadológica sem a burocratização estatal, a sociedade civil se caracteriza por ser o espaço de competição livre regulada somente pelo mercado.

Imerso na lógica liberal, o Estado também assume uma identidade corporativa para que seja possível a ele competir no mercado, logo ele abandona função de impedir a eferescência dos efeitos da desigualdade como uma força representativa da classe proletária, de acordo com o esperado pelos socialistas. Este recuo de responsabilidade acerca das demandas sociais coage à sociedade civil a se organizar para lidar com a ausência da força estatal e suprir os impactos produzidos pela desigualdade social. Embora a superestrutura seja determinada pela infraestrutura, o filósofo Louis Althusser trás em seu texto “Aparelhos Ideológicos de Estado” (1985) a discussão sobre a existência de uma autonomia relativa que permite subversão às imposições predeterminadas pela infraestrutura. A partir desta perspectiva, o terceiro setor poderia vir a ocupar esse espaço de oposição por ter como característica elementar a produção e reprodução sem finalidades lucrativas, e seu mecanismo regulador ser a doação. Para analisar as articulações do terceiro setor este trabalho trás como objeto central as Organizações não Governamentais (ONG’s) que, em seu papel social, são instrumentos produzidos na intenção de possibilitar uma reação efetiva às condições em que são posicionados os grupos alvo da opressão imposta pelo capital.

Robert Kurz, em sua análise sobre a relação entre Estado e mercado no seu livro “Os últimos combates” (1998), faz considerações sobre o terceiro setor conferir uma possível força de oposição ao sistema de reprodução capitalista visto que se caracteriza por ações voluntárias motivadas pela contenção dos ferimentos contidos na constituição social, e onde a lógica comercial não se faz presente. As ONGs – instrumento de ação do terceiro setor – seriam a força reativa de uma fração da sociedade civil que tem interesses em buscar a emancipação social. No entanto, enquanto age de forma paliativa em direção aos problemas sociais, seu papel social pode ser apropriado e revertido à legitimação das desigualdades ao passo que ela aquietta o descontentamento coletivo acerca da opressão.

A partir desta exposição, o presente trabalho busca compreender a falta de independência do Estado com relação ao mercado, reafirmando a função estruturante do sistema econômico na composição da sociedade. Para tal, o objeto desta pesquisa foi selecionado sob o critério de ser o corpo de instituições que desfrutam de um relacionamento mediado pelo dinheiro e, sobretudo, por interesses de ambas as esferas sociais. Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo final produzir uma crítica de recorte marxista ao liberalismo e evidenciar as irregularidades presentes no mesmo, enquanto sistema reprodutor do capitalismo, e como este se apropria do poder político e da mobilização social para garantir sua própria manutenção.

Contudo, este trabalho reconhece a impossibilidade e esgotar a análise deste tema apenas por estas páginas. As organizações presentes no terceiro setor possuem características variadas e objetivos distintos; trabalham com problemas sociais de toda natureza, o que também irá personalizar o interesse das empresas em investir capital em sua manutenção. Do mesmo modo, os incentivos do Estado são formatados de acordo com qual problemática lhe é mais importante reduzir e em qual conjuntura se encontra. E mais, a emergência da ONG promove um impacto no mercado, afirmação tal que eleva os interesses em transformar o filantrópico em mercantil. Deste modo, esta pesquisa faz parte do processo introdutório de uma análise posteriormente ampliada que deverá alcançar a compreensão dos elementos quantitativos que aparecem como resultado relação entre o mercado, o Estado e o terceiro setor. Assim, aqui me limito em fazer apenas a análise dos conceitos necessários para a construção deste estudo.

As relações econômicas e a manutenção da vida social

O liberalismo nasceu entre os séculos XVII e XVIII como oposição ao sistema econômico absolutista que se lançara na época consolidando o modelo de produção capitalista que tinha como característica a centralização de todos os mecanismos de produção e reprodução da vida social no governo. As personagens que administravam tanto o Estado quanto à produção neste momento da história política eram os novos capitalistas financeiros e mercadores, donos de escravos e latifundiários que prosperavam sob o modelo absolutista que vigorara. *“Ao contrário, eles assentiam com pleno juízo ao absolutismo no fito de converter a massa dos produtores em ‘material humano’ dos mercados mundiais, despojá-los do controle dos meios de produção e degradá-los a meros ‘empregados’ sob o ditame do capital de investimento.”* (KURZ, 1998, p. 265).

A partir deste controle totalitário os trabalhadores estavam completamente condicionados ao capitalismo, logo, a serviço do lucro dos empregadores. Existia um desejo por uma autonomia ao controle estatal, o que motivou pensadores da época a elaborarem uma teoria econômica em que seja possível se relacionar com o mercado financeiro sem a intervenção direta do Estado. Houve outros movimentos de oposição e resistência ao modelo absolutista de governo que não tiveram relação alguma com o surgimento do liberalismo, como camponeses e artesãos que se organizavam na busca pela emancipação social.

A mobilização social não é neutra, ela sempre parte de pressupostos e caminha em direção a realização de ideais predefinidos. Cada classe social confere uma visão de mundo e sua luta visa alcançar os interesses criados a partir disto, com a classe burguesa não foi diferente. De acordo com Marx, a classe dos capitalistas desempenhou na história um papel revolucionário derrubando o feudalismo e suas relações de produção. O liberalismo nasceu sobre os ideais revolucionários de sua classe que consistiam em derrubar o poder autoritário do Estado, superando a opressão por ele exercida. Teóricos como John Locke e Adam Smith são considerados os principais fundadores do pensamento liberal clássico, atuando fortemente durante os séculos XVII e XVIII respectivamente.

Os ideais liberais, sob o intuito de fazer oposição ao governo absolutista que coagia e limitava os homens excluindo qualquer possibilidade de uma identidade individual, foram compostos a partir da consideração de princípios que foram supervalorizados (e permanecem sendo na atualidade) como, o culto a individualidade e a liberdade econômica, ambos justificados a partir da noção de propriedade que se desenvolve como razão mais elementar do processo de individualização da vida social e surgimento da esfera privada. No entanto, a crítica realizada pelos liberais não incluía os interesses da classe trabalhadora, nem visava incorporar as demandas produzidas pela desigualdade entre os grupos sociais criadas pelo modo de produção capitalista. Ao contrário, John Locke afirmava que o trabalhador não possuía racionalidade para opinar acerca de decisões políticas e econômicas, logo não deveria ter participação em tais processos. As desigualdades eram concebidas como resultado do movimento espontâneo realizado pelo sistema de trocas.

No século XIX, Stuart Mill (1979) insere a concepção de democracia ao pensamento liberal incorporando demandas universais, trazendo a participação coletiva, no entanto com responsabilização individual. Diferente de Locke e Smith, Mill percebeu a necessidade de incorporar as demandas públicas na articulação do pensamento liberal, pois a sociedade não poderia caminhar em direção ao progresso sem um mínimo denominador comum, o que possibilitaria a ordem social. Assim, era necessário se fazer saber em quais condições humanas viviam os indivíduos e de que maneira isto orientava sua visão sobre o mundo, a moral que os conduzia. Para ampliar a participação política e econômica dos indivíduos, foi necessário perceber a todos enquanto seres dotados de racionalidade suficiente para exercerem o direito natural de propriedade. Assim, foi possível criar a sensação de que qualquer indivíduo está apto a competir no mercado produzindo, por conseguinte, a ideia de mobilidade entre classes e proximidade ao dinheiro.

Todavia, este sentimento promovido pelo liberalismo parte do objetivo de conservar o sistema, disfarçando a presença da desigualdade entre as classes como realidade que impede a possibilidade de uma competição justa entre diferentes grupos sociais. Toda esta consideração pelo contexto o qual era inserido o indivíduo, não se baseava puramente no objetivo de dar espaço às classes marginalizadas atendendo suas demandas. Além de construir uma sociedade forte e organizada para o progresso, era necessário ao sistema articular métodos de autopreservação, por esta razão, os grupos que poderiam se opor ao mercado agora podem compor parte dele. Deste modo, é possível reduzir a possibilidade de objeção ao sistema e o despertar da consciência das classes.

Nasce após o fim da Segunda Guerra Mundial o neoliberalismo recheado de uma forte crítica ao Estado de bem-estar social que se instituiu na Europa e o New Deal na América do Norte. Perry Anderson em "Balanço do neoliberalismo" (1995) faz uma exposição sobre a composição ideológica do neoliberalismo, sua proposta política acerca dos cuidados com a manutenção de um mercado saudável e como estas articulações se deram desde o seu surgimento até os anos 90. Para liberais com Hayek, o atendimento às exigências dos sindicatos, e instituições de interesse público que tinham potencial de interferir nas relações de mercado era prejudicial ao percurso natural que o mesmo deveria percorrer.

O neoliberalismo teve como propósito *"combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro"*. (ANDERSON, 1995, p. 10) A crítica neoliberal previu uma crise que poderia emergir no capitalismo da época considerando a intensa incorporação das demandas sociais na política econômica. De acordo com Perry Anderson, o

contexto histórico que beneficiou a crítica neoliberal se deu em 1973 com a crise do capitalismo. Para Hayek e um grupo de liberais que se uniram para refazer a crítica liberal acerca do momento histórico que presenciavam, a raiz da crise do capital veio de uma atenção forte as exigências dos sindicatos e movimentos trabalhistas, o que desestabilizara a capacidade de acúmulo do capitalismo.

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, ouço entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. (ANDERSON, 1995, p. 10)

A crise do capital teve em sua característica o aumento exacerbado da inflação em comparação com níveis baixíssimo de crescimento. Considerando o contexto de bem-estar, a solução era construir um Estado forte, resistente aos sindicatos, apto a lidar com o controle de capital, retido com relação aos gastos públicos. Na virada dos anos 70 para os anos 80 países como Estados Unidos, Alemanha, e outros no norte da Europa ocidental implantaram o regime neoliberal, cobrando assim uma taxa de juros elevada sobre menores rendimentos; aumentando a porcentagem de desemprego; reduzindo a participação dos sindicatos na relação política e econômica. Deste modo, o neoliberalismo poderia cumprir com seu ideal inicial que consiste em ser um instrumento necessário para revigorar o capitalismo na época.

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. [...] Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. (ANDERSON, 1995, p. 11)

Os países capitalistas mais avançados no período dos anos 80 viveram uma implantação bem sucedida. De acordo com Perry Anderson (1995), a taxa de inflação foi estabilizada, a porcentagem de desemprego alinhado aos interesses neoliberais e os sindicatos submetidos à ordem do capital. Deste modo, o neoliberalismo atingiu seu propósito na intensificação das desigualdades sociais, distanciamento econômico das demandas públicas e a manutenção do capitalismo, ainda que não tenha superado por completo a crise dos anos 70 produzindo a expansão do capital desejada.

A relação de produção no sistema capitalista produz uma distinção entre grupos sociais para que seja possível formular seu método organizativo. A hierarquização das classes sociais é responsável por posicionar os grupos dentro da divisão do trabalho, distinguindo-os entre quem exerce a opressão e quem a recebe – a classe burguesa e a classe operária, respectivamente. Este distanciamento é necessário para manter a relação de trabalho que sustenta o capitalismo. No entanto, o sistema econômico produz mecanismos de autopreservação, que consistem em meios de impedir com que o trabalhador se revolte contra o próprio sistema, ou simplesmente, decida não aceitar os métodos de exploração.

Como se assegura a reprodução da força de trabalho? Ela é assegurada ao se dar à força de trabalho o meio material de se reproduzir: o salário. O salário consta na contabilidade de cada empresa, mas como ‘capital mão de obra’ e de forma alguma como condição da reprodução material da força de trabalho. (ALTHUSSER, 1985, p. 56)

Como detentor do elemento que possibilita a manutenção das necessidades básicas do operário, o empregador contém o poder necessário para controlá-lo dentro de suas exigências, evitando possível insubordinação e forçando-o a voltar no dia seguinte. Assim, a classe dominante extrai uma espécie de consentimento da classe explorada, garantindo a dependência destes grupos ao salário. Deste modo, os trabalhadores são forçados a aceitar as condições de trabalho pré-estabelecidas. O operário também se vê

obrigado a torcer pelo sucesso financeiro da empresa para o qual trabalha, pois ele se sente participante dos lucros por ela obtido – sentimento este criado de forma ideológica para convencer o trabalhador, visto que os resultados da exploração estão no processo da produção, não no produto final, a lógica da mais valia.

A lógica de produção capitalista tem como uma de suas finalidades manter o operário no ciclo de suas necessidades, não há a possibilidade de mobilidade entre uma classe e outra, ou qualquer forma de ascensão social. Para tal afirmação devemos considerar, conforme citado anteriormente, o elemento fundamental para a consolidação capitalista: o trabalho. Deste modo, o que determina a qual grupo pertence o indivíduo na estratificação social é o quanto lhe é explorada a força de trabalho e o quanto a manutenção da sua vida social condicionada está nesta relação.

A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga. O salário habitual é, segundo Smith, o mais baixo que é compatível com a simples humanidade (*simple humanité*), isto é, com uma existência animal. (MARX, 2006, p. 24)

Ao expor a definição do salário, Marx também descreve a importância do mesmo na vida do operário na medida em que ele proporciona o mínimo de condição material para sua própria subsistência e de sua família, considerando o fato de que é a instituição familiar responsável por ampliar a força de trabalho. Todavia, o salário não é importante somente para o operário, mas também para o empresário capitalista, pois é desta maneira que ele garante o seu ciclo produtivo, investindo na manutenção da força de trabalho. Logo, ainda que para o trabalhador, o salário simbolize sua recompensa última pelas horas de trabalho vendidas, para o empregador representa uma maneira de nutrir os modos de produção. A capacidade de consumo que se cria com a porcentagem salarial vem como uma sensação ideológica de redução das desigualdades sociais.

No entanto, é assim que ele 'atua', uma vez que o salário representa apenas a parte do valor produzido pelo gasto da força de trabalho, indispensável para a sua reprodução, quer dizer, indispensável para a reconstituição da força de trabalho assalariado (para a habitação, vestuário e alimentação, em suma, pra que ele esteja em condições de tornar a se apresentar na manhã seguinte – e todas as santas manhãs – ao guichê da empresa); e acrescentamos: indispensável para a criação e educação das crianças na quais o proletariado se reproduz (em X unidades: podendo X ser igual a 0, 1, 2, etc...) como força de trabalho. (ALTHUSSER, 1985, p. 56)

As imposições realizadas pela composição da infraestrutura são manifestas na vida objetiva da sociedade através do mercado e legitimadas pelo Estado. Deste modo, a emancipação coletiva não depende unicamente da independência da burocracia estatal ou de um intenso controle econômico do Estado com relação ao mercado, pois ambas as instancias políticas e econômicas são essencialmente coercitivas.

A falta de autonomia do Estado e a composição coercitiva do mercado:

Weber, em seu texto "Política como vocação" (2004), analisa o conceito de Estado enquanto um agrupamento político determinado por seus fins, logo, para entendê-lo é necessário conhecer inicialmente como ele se aplica na sociedade e seus métodos de administração do poder público. Ainda que o Estado possua características que correspondam às particularidades referentes ao contexto o qual pretende administrar, em sua análise sociológica, Weber afirma que existe o denominador comum entre todas as formas de Estado, o qual diz sobre sua definição: o uso legítimo da força.

Tal como todos os agrupamentos políticos que historicamente o precederam, o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima). O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores. (WEBER, 2004, p. 57)

De acordo com Weber, o consentimento à força coercitiva do Estado tem duas naturezas correspondentes aos interesses individuais: a retribuição material e o prestígio social. Esses dois elementos se acendem na sociedade na medida em que os indivíduos identificam o status carregado por aqueles que exercem o poder e pelo acúmulo material retido pelo Estado. Esta análise se expressa enquanto retrato final de uma configuração mais profunda do Estado no que se refere à organização administrativa (distribuição de cargos) e sua dependência para com os meios econômicos para gestão material, capital – esta a razão organizativa da dominação. O efeito que a distribuição de cargos produz entre aqueles que são nomeados é a sensação de proximidade ao poder, logo estes não se rebelam contra a instituição do Estado, pois assim afetam a si mesmos. Todavia, o Estado encontra métodos para conseguir privar seus funcionários do capital que acumula, visto que o poder de fato está para além do funcionamento logístico que esta distribuição representa.

Inicialmente, a relação do Estado com capital tinha como objetivo o acúmulo, pois este era o parâmetro de poder e prestígio na sociedade moderna capitalista. Contudo, na medida em que o Estado se organizava para dominar os modos de produção, os empresários capitalistas caminhavam no mesmo sentido através da esfera privada expropriando as forças de trabalho do proletário, elevando assim a força da burguesia sobre os interesses na gestão material da sociedade.

Ademais, Weber atesta que a formação do conceito de Estado considera as variáveis econômicas e geográficas, visando sempre a centralização de poder e força coercitiva, para que seja possível a ele ocupar o lugar mais alto na hierarquização da ordem social.

Tendo em vista meu objetivo, limitar-me-ei a registrar a constatação de ordem puramente conceitual: o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como um instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. Equivale isso a dizer que o Estado moderno expropriou todos os funcionários que, segundo o princípio dos 'Estados' dispunham outrora, por dinheiro próprio, de meios de gestão, substituindo-se a tais funcionários, inclusive no topo da hierarquia. (WEBER, 2004, p.62)

Louis Althusser, assim, não trás oposições às definições de Weber acerca das características elementares na constituição do ideal de Estado. Para o filósofo, enquanto um leitor de Gramsci, existe uma diferenciação entre aparelho de Estado e o Estado em si. O aparelho de Estado está relacionado à forma com a organização estatal se apresenta na sociedade, assim a definição de Estado é encontrada em seus fins. O aparelho de Estado é um instrumento utilizado pela classe dominante para reafirmar sua relação de poder sobre a classe trabalhadora (luta de classes) utilizando de elementos que possibilitam a regência do vínculo social tanto pela via discursiva quanto pela via prática.

[...] o Estado é explicitamente concebido como um aparelho repressivo. O Estado é uma "máquina" de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à classe dos grandes latifundiários) assegurar sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista). (ALTHUSSER, 1985, p.62)

O aparelho de Estado é encarregado de legitimar o abismo que existe entre as classes sociais, pois é este fator que alimenta a existência de seu poder. Para exercer tal legitimação, o Estado necessita de instrumentos que possibilitem este movimento. Althusser trás em sua análise os "aparelhos ideológicos de Estado", instrumentos utilizados pelo aparelho de Estado para difundir a repressão através de discursos ideológicos sem a necessidade do uso da coação física. Os AIE se apresentam em forma de instituições que orientam a vida pública e privada dos indivíduos (igrejas, escolas, judiciário, mídia, partidos, etc) apesar de estarem presentes na esfera privada em maior parte.

Uma das etapas do processo da revolução socialista se caracteriza pela tomada do poder conferido ao Estado pela classe trabalhadora, pois esta seria capaz de redirecionar este aparelho administrativo para o desenvolvimento das desigualdades garantindo os direitos civis, caminhando assim para uma sociedade

mais igualitária. No entanto, numa sociedade de classes, o aparelho Estado é instrumento burguês sempre utilizado para o exercício da dominação, ainda que ela se expresse de maneira distinta. No entanto, para Althusser, a tomada do poder do Estado pela classe oprimida deve ter como objetivo a destruição do aparelho burguês de Estado e, posteriormente, o Estado.

O liberalismo enxerga o poder repressivo Estado, no entanto seu horizonte crítico não alcança a hierarquização das classes como fator elementar para a articulação do poder exercido pelo Estado. A organização estatal corresponde ao sistema econômico vigente, condicionando assim suas atividades à existência e saúde do mercado. Assim, o Estado se torna a manifestação das distorções do sistema econômico. Retomando a análise de Althusser, o aparelho de Estado é regido pela classe dominante de acordo com seus interesses, logo a repressão estatal é a expressão do processo iniciado pela divisão de classes tão estimada pelo liberalismo. De acordo com o pensamento liberal, a competição no mercado tem como fator essencial a desigualdade, sendo esta responsável por estimular a concorrência, assim, para os liberais, a divisão de classes se torna elementar para a consolidação do mercado. Portanto, a crítica liberal é esvaziada pelas próprias premissas, pois a repressão que ele recusa está condicionada ao fator que ele cultua.

Robert Kurz dedica um capítulo de sua obra para expor a relação entre o mercado e o Estado caracterizando-a com uma dependência significativa. Ao longo da história considerou-se como uma relação de oposição a ligação entre as correntes individualistas e coletivistas – representadas pelo mercado e Estado, respectivamente –, como se excluíssem uma a outra. *“O mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois polos de um mesmo ‘campo’ histórico da modernidade.”* (KURZ, 1998, p. 93). O Estado é uma organização imersa na lógica financeira determinada pela infraestrutura, logo todo seu planejamento deverá corresponder aos moldes do mercado. Está dependência também existe na esfera econômica à medida que o mercado, em sua elevação mais extrema, não alcançaria o sua consolidação sem o aparato estatal para regularizá-lo. Uma esfera está condicionada pela outra, logo o Estado se expande na mesma medida em que o mercado numa relação recíproca de legitimação das demandas e efeitos produzidos no bojo da sociedade.

De acordo com a análise de Marx sobre o capitalismo em *“O Capital: crítica da economia política”* (2015), o sistema econômico tem com umas das características mais elementares para sua constituição a expropriação dos modos de produção da classe trabalhadora restringindo-os somente a classe dominante. Logo, resta unicamente ao proletário vender sua força de trabalho para que seja possível a ele alcançar o mínimo de condição material para manter-se na vida social, o trabalho é assim transformado em mercadoria. Em sua análise sobre a economia política, Marx demonstra o quanto a mercadoria é importante para as sociedades capitalistas, no entanto o denominador comum que vincula todas as formas de mercadoria é o trabalho (a característica intrínseca da mercadoria que possibilita a troca por equivalência). Logo, o capitalismo desfruta de uma relação de dependência com o trabalho visto que é a exploração do mesmo sobre a classe trabalhadora que permite sua consolidação.

Numa sociedade capitalista, o Estado deve se organizar de acordo com as restrições de mercado, pois ele depende dos resultados da exploração do trabalho para atuar e se preservar: o dinheiro. Kurz em sua análise, afirma que expansão do Estado se dá na medida em que ele precisa regularizar a expansão do mercado, pois ele precisa estar apto a lidar com as demandas produzidas pela economia na sociedade. O Estado aplica intervenções em realidades como o desemprego, a miséria, a criminalidade, por exemplo, a partir da criação de políticas públicas, leis de contenção e métodos repressivos para lidar com estas irregularidades. O mercado, por sua vez, conta com a atividade estatal para consolidar seus interesses utilizando a instância legislativa para regulamentar suas exigências e as demandas que surgem como implicações da articulação econômica através de leis. O Estado também fica encarregado de difundir (juntamente com outras instituições presentes na superestrutura) os ideais do sistema econômico entre a sociedade produzindo consentimento ideológico, quando não, utilizando de seus aparelhos repressivos (exército, polícia, etc) para que todos possam se adequar as exigências da dominação.

O próprio mercado é o responsável pela sujeição dos homens à ditadura muda do dinheiro e da rentabilidade econômica. É por isso que a crítica ao Estado feita pelo mercado liberal é tão pouco emancipatória quanto a crítica feita pelo Estado socialista. A liberalização econômica serve apenas para frustrar as últimas esperanças de

responsabilidade social disfarçadas no capitalismo e no socialismo, com as máscaras burocráticas do aparato estatal. (KURZ, 1998, p. 152)

Ademais, é possível reafirmar que o Estado e o mercado desfrutam de uma relação intrínseca em que ambas as esferas conferem em sua composição elementar o poder coercitivo, mas principalmente que o elemento que proporciona e movimenta está relação é o dinheiro.

A Sociedade civil e o surgimento do terceiro setor

O conceito de sociedade perpassa por análises políticas filosóficas desde a discussão grega – ideal de Estado extraído da noção de “povo romano” o que constituía a “sociedade” – até as especificações da sociedade capitalista que o articula de acordo com seu modo de produção. A partir do desdobramento do liberalismo, a “sociedade civil” chegou a se caracterizar pela separação entre o poder administrativo do Estado e a autonomia popular. A noção de propriedade privada – a qual se caracteriza por ser uma das concepções mais elementares na elaboração do fundamento dos ideais liberalistas – influenciou fortemente na necessidade de se instituir um campo onde seja possível manifestar oposição ao Estado, e que também seja capaz de corresponder à necessidade de uma esfera privada de acordo com a exposição de Ellen Wood (2003). Logo, assim como o governo absolutista propiciou a ascensão do pensamento liberal entre os séculos XVII e XVIII, a noção de propriedade privada – que acompanhara as novas interpretações econômicas para a época – possibilitou a distinção entre Estado e sociedade civil, sob a razão de haver a necessidade de um espaço onde seja possível se realizar economicamente de forma independente ao Estado.

A concepção moderna de ‘sociedade civil’ – uma concepção que aparece sistematicamente pela primeira vez no século XVIII – é algo muito diferente das noções anteriores de ‘sociedade’: sociedade civil representa uma esfera diferenciada do Estado, separada das relações e da atividade humanas, mas nem pública nem privada, ou talvez as duas coisas ao mesmo tempo, incorporando toda uma gama de interações sociais fora da esfera privada do lar e da esfera do mercado, a arena de produção, distribuição e troca. Uma precondição necessária, mas não suficiente, para essa concepção de sociedade civil foi a ideia moderna de Estado como uma entidade abstrata com sua própria identidade corporativa, que evoluiu com a ascensão do absolutismo europeu; mas a completa diferença conceitual de ‘sociedade civil’ exigiu o surgimento de uma ‘economia’ autônoma, separada da unidade do ‘político’ e do ‘econômico’ que ainda caracterizava o Estado absolutista.” (WOOD, 2003, p. 206)

Enquanto um leitor de Hegel, Marx fez a distinção entre sociedade e Estado que estão presentes no pensamento do filósofo. Para Hegel, a agência do Estado é determinada a partir da universalidade conferida a ele e a sociedade civil se caracteriza por ser a “*esfera que público e privado, particular e universal, se encontrariam por meio de interação de interesses privados num terreno que não era o lar, nem o Estado, mas uma mediação entre o dois.*” (WOOD, 2003, p. 207) Todavia, Marx percebe que o Estado é a expressão de uma estrutura anterior, a qual estaria contida nas relações de produção e reprodução da força de trabalho. A existência das classes sociais é utilizada como instrumento na composição dos meios de efetivar a exploração. Deste modo, O Estado se caracteriza pelo meio com que a sociedade civil se legitima nas relações de poder e capital. A sociedade civil e o Estado são concebidos enquanto lados opostos de uma mesma unidade repressiva que concerne o capitalismo.

O filósofo Antônio Gramsci resgata o conceito de sociedade civil conferindo a ele o potencial subversivo ao sistema capitalista, pois o “bom senso” necessário para consolidação da luta social está na difusão de uma visão de mundo até que se torne hegemônica entre a sociedade, porém esta deve observar as demandas da classe trabalhadora atingindo todos os setores, desde o econômico até o cultural.

Gramsci assim se apropriou do conceito de sociedade civil para marcar o terreno de uma nova espécie de luta que levaria a batalha contra o capitalismo não somente a suas fundações econômicas, mas também à suas raízes culturais e ideológicas na vida diária. (WOOD, 2003, p.208)

O conceito atravessou as distorções da interpretação liberal até se caracterizar por ser um espaço de livre agência do mercado sem as interferências burocráticas do Estado. Este espaço se daria por um movimento natural de ação dos indivíduos e seus interesses privados e de reação do mercado em resposta a eles. A sociedade civil liberal acaba por se caracterizar enquanto um espaço de dominação por parte da classe dominante e legitimação das desigualdades sociais.

A existência da hierarquização das classes presente na sociedade civil capitalista ajuda a fundamentar um modelo de dominação que exerce seu poder repressivo tal qual exercido pelo Estado – ainda que com articulações específicas distintas –, pois ambos são expressão de um mesmo agente: o sistema econômico. Um dos objetivos do regime liberalista é criar espaços de livre expressão do mercado, todavia o mercado também concentra características repressivas, correspondendo sempre aos interesses da classe dominante que são manifestos na esfera privado – através de as empresas, indústrias, multinacionais – onde buscam reafirmar livremente sua finalidade lucrativa submetendo todas as atividades e relações humanas a seus imperativos. Por conseguinte, os mecanismos de dominação são transpostos para a sociedade civil, caracterizando-a também como um espaço coercitivo.

A “sociedade civil” deu à propriedade privada e a seus donos de poder de comando sobre as pessoas e sua vida diária, um poder reforçado pelo Estado, mas isento de responsabilidade, que teria feito a inveja de muitos Estados tirânicos do passado. Mesmo as atividades e experiências que estejam fora da estrutura imediata de comando da empresa capitalista, ou fora do alcance do grande poder político do capital, são reguladas pelos ditames do mercado, pela necessidade de competição e de lucro. (WOOD, 2003, p. 218)

A cisão que criada entre a sociedade civil e o Estado é acompanhada por redistribuições de responsabilidades políticas e sociais, logo o Estado capitalista não faz objeção a esta distinção visto que ele também se vê beneficiado. O objetivo do capitalismo não está unicamente para os modos e produção e acumulação de capital, mas também sua autoexpansão, desenvolvendo assim, métodos que o permita realizar este movimento. A sociedade civil enquanto espaço de agência dos empresários capitalistas efetiva legitimidade à ação coercitiva do mercado. Ao elevar a noção de individualidade e com a ela a responsabilização subjetiva pelas incoerências expressas, a existência dessa consciência na sociedade civil reduz a culpabilidade do sistema econômico é reduzida e difundida entre as instituições presentes na sociedade. Assim, a luta pela emancipação fica enfraquecida, pois o capitalismo deixa de ser o alvo de oposição e passam a serem unicamente as instituições que são expressões do mesmo.

“Sociedade civil” constitui não somente uma relação inteiramente nova entre “público” e o “privado”, mas um reino ‘privado’ inteiramente novo, com clara presença e opressão pública própria, uma estrutura de poder e dominação única e uma cruel lógica sistêmica. Representa uma rede particular de relações sociais que não apenas se coloca em oposição às funções coercitivas, ‘policiais’ e administrativas’ do Estado, mas também a transferência dessas funções, ou, no mínimo, de uma parte significativa delas. (WOOD, 2003, p.218)

Todavia, para uma fração do corpo social, a sociedade civil corresponde a um espaço onde os sujeitos se mobilizam em direção à busca por melhoria das condições materiais em que se encontram; é nesse espaço que surge uma nova forma de produção da vida social. Aqui me refiro ao surgimento das Organizações do Terceiro Setor.

No final do século XX, o contexto mundial testemunhou a emergência de uma esfera econômica na sociedade que se caracterizou por um agrupamento de ações voluntárias privadas encorpadas através de instituições, associações, fundações que tinham como objetivo o impedimento da intensificação de problemas sociais que partiam desde a defesa de direitos civis, abandono familiar até questões ecológicas. O aparecimento do terceiro setor se dá em resposta a ausência do Estado acerca dos problemas sociais que se acentuavam decorrendo uma perda de confiança por parte da sociedade civil que os enfrentava. O terceiro setor se exclui do mercado, pois não é dotado de uma identidade corporativa em sua composição. Seu

instrumento ativo é qualificado enquanto organização sem fins lucrativos, logo, o terceiro setor se posiciona enquanto esfera alternativa ao mercado visto que ele não reproduz os mesmos modos de produção, não tem como finalidade última o lucro e seu método regulador é a doação.

Não me refiro aqui a uma 'economia informal' que muitas vezes não passa de um mercado ilegal e brutalizado. Ao contrário, o terceiro setor é composto da união de inúmeros agrupamentos voluntários destinados a conter a miséria social e barrar a destruição ecológica. A maioria desses grupos dá grande valor a administração autônoma. No campo prático, eles avançam no terreno abandonado pelo mercado e pelo Estado em virtude da baixa rentabilidade ou da falta de recursos financeiros. (KURZ, 1998, p. 152)

A fração da sociedade civil que não participa dos resultados da ação lucrativa do mercado e está sob a coação negligente do Estado se organiza para encontrar um meio de subsistência ante todas estas problemáticas. No entanto, este movimento não é considerado pelo Estado como forma de objeção a ele, ao contrário, a instituição transfere oficialmente seu papel social para o terceiro setor alimentando-os com leves incentivos financeiros para sua permanência. Assim, as questões públicas são transformadas em responsabilidade coletiva, não unicamente estatal. O movimento liberal que se constrói na sociedade civil encara o surgimento das organizações sem fins lucrativos como uma instituição totalmente distanciada do Estado. Desta forma, desenvolve-se uma interpretação meritocrática elevando a iniciativa privada como única esfera em que repousa a dependência das organizações sem fins lucrativos. No entanto, os interesses de ambas as dimensões (Estado e mercado) são satisfeitos.

Para dotar de maior eficiência e governança o aparelho estatal, portanto, deve-se seguir o caminho da "publicização" (a denominação ideológica e neológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor). Logo, a publicização é 'a transformação dos serviços não exclusivos de Estado em propriedade pública não estatal e sua declaração como organização social' (PEREIRA, 1998, p. 246). (BIZARRIA; NOGUEIRA; BARBOSA; SOUZA, 2017, p. 07)

A existência do terceiro setor não beneficia unicamente ao Estado, empresas privadas também manifestam interesse na continuidade do trabalho voluntário mobilizado pela sociedade civil através de investimentos financeiros que executa financiando ONGs (Organizações não Governamentais). O terceiro setor é considerado funcional para o projeto liberal visto que ele não se opõe de maneira incisiva ao mercado e nem a produção de capital, ao contrário, ainda que busque uma forma de produção alternativa, encontra dependência da interferência monetária em sua manutenção.

Como podem ser explicados o extraordinário crescimento e a abrangência desse fenômeno? Pressões para ampliar o terceiro setor parecem vir de três origens distintas: de baixo, na forma de movimentos populares espontâneos; de fora, através da ação de várias instituições públicas e privadas; e de cima, sob a forma de políticas de governo. (SALAMON, 1998, p. 07)

Ainda que a necessidade da existência do terceiro setor tenha sido percebida por distintas esferas da sociedade, os interesses que as inspiram são específicos as suas configurações e demandas. O terceiro setor, mobilizado por grupos sociais, se abstém de qualquer interesse de acúmulo e se organiza para conter de forma paliativa os problemas sociais. O Estado com agentes públicos tem por finalidade a manutenção do setor público; o mercado, administrado por agentes privados por finalidades também privadas; e o terceiro setor, composto por agentes da esfera privada, porém engajados em resultados para a esfera pública. Numa sociedade capitalista moderna, o Estado assume uma "identidade corporativa" enquanto instituição que também depende do acúmulo de capital para obter agência na esfera econômica, alterando assim as características mais elementares e a finalidade a qual deveria reter. O capitalismo por sua vez, precisa assegurar a força de trabalho dos sujeitos sociais, pois é dela que se extrai sua reprodução. Deste modo, é importante para o mercado que os grupos marginalizados sejam incorporados no sistema.

O liberalismo encontra um álibi em todas as esferas da sociedade civil, pois ao passo em que os indivíduos trabalham para resolver as deficiências produzidas pelo mesmo no espaço coletivo e em suas vidas subjetivas, a questão estrutural é difundida entre os problemas criados e assim, disfarçada. No discurso do senso comum encontraremos certa transferência de culpa unicamente ao governo pelos problemas sociais, sob a narrativa de que as irregularidades que aparecem na sociedade são frutos de uma incompetência administrativa. O Estado tem sua responsabilidade por sua negligência como já mencionado acima, todavia suas ações correspondem aos interesses da classe burguesa que encontra poder e legitimação do mesmo através da hierarquização das classes produzida no sistema capitalista.

A emergência da ONG e as reações do Estado e do mercado:

As Organizações não Governamentais (ONG) desempenham um papel estimado na sociedade, pois preenche sua proposta de métodos que têm como objetivo central lidar com as ausências sofridas por grupos sociais acerca das deficiências presentes na formulação da sociedade. Diferente de organizações como sindicatos, partidos, que têm como interesse a influência política, a ONG tem sua finalidade justificada por seu processo de atuação: reduzir as inquietações sociais se abstendo da busca pelo lucro financeiro. O termo terceiro setor começou a ser utilizado nos Estados Unidos a partir dos anos 70 para localizar as organizações sem fins lucrativos (non profit organization) identificadas enquanto distintas ao Estado e ao mercado, pois emergia de ações da esfera privada para a pública. A ONG caminha com o objetivo recolher as demandas sociais, sistematiza-las e promover uma mobilização que consiga atender as necessidades sociais.

Para David Korten, o termo ONG reúne quatro diferentes tipos de organizações: voluntárias, que têm uma missão social orientada por um comprometimento; contratadas de serviço público, que funcionam como empreendimentos sem fins lucrativos, mas de orientação mercantil, com propósitos públicos; organizações populares, que representam os interesses dos membros, têm líder e, no geral, são autossustentáveis; e as “gongos” (do inglês, “governmental NGOs”), ou “ONGS governamentais”, que são criadas por governos e servem para vários objetivos de política pública. (ALVES, 2002, p. 05)

As associações lidam com as consequências existentes a partir da negligência de ambas as esferas, quanto recebem apoio financeiro para sua manutenção. O surgimento das políticas públicas caminha com o objetivo de equiparar as discrepâncias na formação da sociedade neoliberal. *“A política social é, assim, a contraface do próprio modelo de desenvolvimento, agindo sobre os efeitos negativos gerados em sua implantação e manutenção.”* (LOPES, 2004, p. 59) A adesão a políticas públicas e a forma como são aplicadas na sociedade é personalizada de acordo com o contexto político do país, considerando o aparato burocrático, e as necessidades públicas sob os quais estão imersos os grupos sociais. O universo das políticas públicas é extenso, englobam tanto questões raciais, de gênero, familiares, ambientais e econômicas.

Não se deve tomar políticas sociais – habitação, educação, saúde, previdência, assistência, emprego, saneamento, como as únicas políticas públicas. A administração pública ou a gestão macroeconômica (juros, câmbio, dívida, incentivos) são igualmente públicas. [...] Portanto, políticas públicas são realizadas porque buscam solucionar questões e coletivas, que atingem um grande contingente e cuja solução não é mero produto da vontade individual. De certa forma, apela ao “nós”, aos “nossos problemas”; não é o local onde o “outro” não importa. (CONDÉ, p. 02)

Na América Latina, as Organizações não Governamentais surgiram enquanto instrumento de luta dos movimentos sociais que se mobilizavam em oposição à regimes autoritários que vigoravam entre os anos 60 e 70. No Brasil, mais especificamente, o termo ONG emerge na década de 1980 na busca por identificar um conjunto de entidades que veio se formando a partir dos anos 70, misturando ideais religiosos cristãos, uma determinada interpretação humanista do marxismo, militância e profissionalismo, dentro de um quadro de crescente cooperação internacional não governamental, as associações surgem com o objetivo recolher as demandas sociais, sistematiza-las e promover uma mobilização que consiga atender as

necessidades sociais. O campo é ampla durante a redemocratização do país. Contudo, suas origens são anteriores, situando-se nos movimentos de educação popular, com grande participação de instituições religiosas e movimentos culturais liderados por entidades estudantis. Em 1991, funda-se a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG).

No Brasil, esse processo ganharia impulso ao longo da década de 1980, marcada por dura crise econômica e pela demorada transição para um Estado de Direito, com sufrágio amplo e uma nova Constituição promulgada em 1988. As lutas sociais se intensificavam e, sob o manto comum da reivindicação de liberdades democráticas, contrapunham-se desde perspectivas socializantes e anticapitalistas até setores empresariais fortemente organizados, alguns já endossando as novas roupagens neoliberais. (FONTES, 2006, p. 02)

No âmbito popular, os grupos sociais sentiam as repressões tanto políticas quanto econômica – manifesta muitas das vezes através da repressão policial – e a seletividade de investimento público, em grande parte se deu como reflexo do regime militar nos anos 1964. O projeto de redemocratização não teve em sua composição, a proposta de lidar com as diversas deficiências que os processos políticos e históricos produziram no país. No entanto, a mobilização social é uma realidade em cada contexto em que se estende um sistema de desigualdades.

Nos países desenvolvidos, por exemplo, a ampliação do nível de engajamento dos cidadãos é evidente há várias décadas. Uma pesquisa de 1982 junto a organizações sem fins lucrativos provedores de serviços sociais em 16 comunidades norte-americanas indicou que 65% haviam sido criadas após 1960. O número de associações privadas disparou semelhante a França, com mais de 54 mil criadas somente em 1987, comparado com cerca de 11 mil por ano na década de 60. Estimativa recentes registram cerca de 275 mil *charities* no Reino Unido, com receita que se aproxima a 5% do Produto Interno Bruto do país. Na Itália, uma pesquisa realizada em 1985 mostrou que 40% das organizações tinham sido constituídas a partir de 1977. (SALAMON, 1998 p.06)

O Estado como agente econômico nasce no séc. XX inspirado em ideias presentes no keynesianismo. Contextualizadas a partir da crise do Estado de bem-estar e do afastamento das responsabilidades sociais, a sociedade civil inicia sua mobilização trazendo o surgimento das associações que assumem o papel do Estado a passam a lidar com os problemas da sociedade neoliberal. Além do Estado e do mercado serem elementos essenciais na expressão da produção e manutenção da característica repressiva do capitalismo, enquanto administradores dos setores público e privado, respectivamente, estão interessados também em financiar as instituições que se propõem a lidar com os impactos sociais produzidos através da ação de ambos.

Ainda que a base social determine os caminhos da superestrutura, Althusser descreve a existência de uma “autonomia relativa” que há na superestrutura. O que significa a possibilidade de encontrar subversão à lógica imposta pelo sistema econômico vigente.

Seu índice de eficácia (ou determinação), enquanto determinado pela determinação em última instância da base, é pensado pela tradição marxista sob duas formas: 1) a existência de uma ‘autonomia relativa’ da superestrutura em relação à base; 2) a existência de uma ‘ação de retorno’ da superestrutura sobre a base. (ALTHUSSER, 1985, p. 61)

A discussão sobre a existência de uma autonomia relativa se estende na teoria marxista encontrando concordância e também objeções, no entanto o surgimento do terceiro setor precisa caminhar sob a crença de que é possível se realizar sob o mínimo de livre agência aos modos de produção capitalistas e ao Estado, sendo assim possível se opor à lógica monetária.

Quando Marx compõe sua análise, ele está criticando a sociedade capitalista comandada pelos interesses da burguesia atuante. No entanto, exame pode ser transposto para observar a atuação no liberalismo na sociedade, visto que ele se caracteriza por uma forma de exercício do capitalismo individual. Ainda que a ideologia exerça um poder muito forte sobre a consciência dos indivíduos, só é possível à classe que mais sofre pelos problemas de opressão reconhecê-los e lutar contra eles. Georg Lukács (2003) falava sobre a existência de uma “consciência empírica” e da “consciência possível”. Ambas são provenientes do “horizonte cognitivo” do sujeito, que se caracteriza por ser a definição de todo olhar possível ao indivíduo a partir de sua experiência no seio social; é o alcance de visão de mundo e consciência obtida pelo indivíduo de acordo com o processo histórico da qual é fruto e da classe a qual pertence. No entanto, a consciência possível está conferida a uma pequena parte do povo, aqueles que reconhecem as opressões exercidas pela infraestrutura. A análise realizada por Luckács é importante para o presente estudo pois precisamos entender como se dá o despertar dos indivíduos que imersos em todo este sistema de opressões de individualidades e vida coletiva; como é possível adquirir consciência crítica das condições as quais estão submetidos ainda que a ideologia exerça o forte poder de suprimir os sujeitos sociais dentro dos imperativos capitalistas.

Na função de reparar as irregularidades manifestas em função da atividade econômica do liberalismo e do Estado, as Organizações não Governamentais desfrutam de um relacionamento de interseção entre ambas as esferas organizativas presentes na constituição da sociedade. O Estado repassa formalmente sua função social para as Organizações não Governamentais através leves investimentos financeiros redistribuídos entre as instituições, estimulando-as assim a se manterem em seus papéis. Desta forma, ainda que estas Organizações tenham a sua razão fundamentada na produção autônoma e voluntária, correspondem ao Estado a partir da ligação financeira, pois ainda que não corresponda diretamente a ele, comporta os interesses do mesmo. No entanto, a esfera privada também se coloca como agente participante da manutenção das ONGs investindo capital nas instituições condicionando-as assim ao alinhamento de suas atividades às demandas e exigências do setor privado. Retomando a revisão feita por Stuart Mill, o sistema econômico percebe a necessidade de incorporar de forma democrática a representação dos grupos periféricos para que seja possível mantê-los a margem do desenvolvimento, aonde o capitalismo precisa que estejam: com o mínimo material de subsistência e prontos para venderem sua força de trabalho.

Alguns teóricos liberais, em sua crítica a Marx, o caracterizam enquanto economicista por atestar que a base opressora na sociedade capitalista está na própria economia, não em questões identitárias e subjetivas. Todavia, a separação entre as esferas político e econômico se constitui por um dos mecanismos de defesa do sistema capitalista, pois este discurso tem a capacidade de manter o distanciamento de consciência entre a sociedade acerca da responsabilidade econômica sobre os problemas os quais a luta social se mobiliza a fim de combatê-los. Desta forma, a luta política não identifica o elemento central a ser superado: o capitalismo.

Ao separar o sistema de produção de seus atributos sociais específicos, os economistas burgueses são capazes de demonstrar “a eternidade e harmonia das relações sociais”. Para Marx, produção não é apenas uma produção particular... mas sempre um certo corpo social, um sujeito social, que é ativo numa totalidade maior ou menor de ramos de produção”. Já a economia política burguesa atinge seu objetivo ideológico ao tratar a sociedade como algo abstrato, considerando a produção como “encasulada em leis naturais eternas e independentes da história, nas quais a oportunidade das relações burguesas são então introduzidas sub-repticiamente como leis naturais invioláveis nas quais está alicerçada a sociedade teórica. Este é mais ou menos o propósito consciente de todo o processo”. (WOOD, 2003, p. 29)

Para os teóricos liberais, o movimento realizado pelo mercado seria fruto de uma composição orgânica que consiste da união dos interesses individuais em direção ao retorno financeiro positivo convertido em acúmulo de capital. A esta afirmação se deve a importância da ausência de interferências estatais, da contenção das desigualdades que emergem neste caminho, da imposição de limites ao setor financeiro, pois desta forma o mercado perde sua característica orgânica e passa a ser regulado. Todavia, qualquer agrupamento social é a expressão da estrutura a qual os sujeitos sociais estão imersos. O movimento econômico não é espontâneo, pois o sistema depende de elementos que garantem sua expansão e manutenção. A desigualdade econômica produzida pelo capitalismo e legitimada pelo liberalismo é uma

declaração aberta do sistema sobre sua incapacidade de sustentar todos os indivíduos, logo, parte da sociedade deve estar posicionada a margem da economia.

O ideal, de acordo com os capitalistas, seria que a parte marginalizada da sociedade participasse do desenvolvimento econômico de maneira secundária. No entanto, este se torna mais um dos mecanismos ideológicos de defesa do capitalismo, visto que é necessário a ele que o subdesenvolvimento seja promovido para que o acúmulo seletivo seja possível. Tal seletividade promove irregularidades na sociedade como o desemprego, o surgimento da criminalidade, miséria, etc. Com o surgimento do terceiro, a sociedade civil absorve a responsabilidade em lidar com tais distorções produzidas pela estrutura econômica. No entanto, o terceiro setor não carrega em si o objetivo de promover uma luta política de oposição à coerção praticada tanto pelo Estado quanto pelo mercado. O capitalismo tem o poder de transformar o horizonte social de maneira que a existência da desigualdade social seja considerada natural na composição social, logo insuperável. Deste modo, é importante que a luta social compreenda o papel da economia na composição dos problemas os quais busca por combater e que trabalhe para o expor enquanto promotor dos problemas sociais, para que o despertar de consciência da classe trabalhadora seja possível.

Considerações finais

O discurso liberal acerca do agrupamento de indivíduos vende a ilusão de que todos os sujeitos participam de uma relação de igualdade de oportunidades no mercado e que a mobilidade entre uma classe e outra é possível a partir das habilidades individuais necessárias para conquista-la. Todavia, este discurso tem como parte de seus efeitos o acomodamento das classes sociais, disfarçando assim a essência problemática da mesma. O capitalismo não manifesta oposição contra o discurso de igualdade pregado pelo liberalismo, pois ele oculta a existência da hierarquia social enquanto instrumento utilizado para realizar a exploração. Da mesma forma, não é o conjunto de ações individuais que irá promover a emancipação coletiva, pois o objeto é ser vencido é estrutural. A luta social deve reconhecer a necessidade de analisar as questões sociais como parte de um projeto estrutural. A mobilização em oposição aos problemas sociais que acredita na transformação através de ações subjetivas e que apenas isto é suficiente para supera-los é um mero resultado da apropriação exercida pelo capitalismo e se encontra vazia de potencial subversivo. Sem interesse em combater o problema estrutural, qualquer luta social está alinhada aos interesses do capitalismo de manutenção própria, disfarçando as desigualdades aquietando o descontentamento coletivo.

Na medida em que a ONG deixa de ocupar os espaços de luta social para estar a serviço da manutenção da coesão social acerca das demandas sociais, ela passa a correr o risco de ser na instrumentalizada pelo sistema como método de justificar as irracionalidades do capitalismo. Sem um potencial subversivo, as ONGs podem ser apropriadas pelo sistema capitalista tornar mais um instrumento utilizado pelas esferas sociais (Estado e mercado) na função de legitimar a existência do sistema e sua manutenção. É necessário que as instituições carreguem em si a percepção crítica de que os problemas sociais aos quais trabalha para sanar, ou reduzir, estão diretamente atrelados às condições que o capitalismo impõe aos sujeitos, não a um movimento espontâneo social, ou um problema administrativo. Qualquer governo estará limitado às exigências da relação econômica imposta. Como Weber bem atestou, existe um distanciamento entre os funcionários do Estado e o poder conferido a este.

A partir da exposição feita, é possível identificar a relação intrínseca que existe entre as esferas política e econômica. O distanciamento entre ambas é um recurso ideológico promovido pelo capitalismo que impede a identificação do mesmo como principal promotor das incoerências presentes na sociedade. A relação de interseção das Organizações não Governamentais entre o Estado e o Mercado expõe o Estado enquanto instituição sem autonomia ao mercado financeiro, logo é possível reafirmar que suas atividades estão alinhadas ao sistema econômico. A sociedade civil ainda que, partindo da concepção liberal, seja uma alternativa ao Estado, também expressa o poder coercitivo do capital e as imprecisões do mercado. Desta forma, voltamos à análise de Marx, a infraestrutura organiza as relações na superestrutura, o sistema econômico condiciona as instituições contidas na superestrutura a seus imperativos. Assim, "*O absolutismo de mercado não é uma alternativa ao absolutismo de Estado*" (KURZ, 1998, p. 269), visto que ambos são expressões de uma mesma base estrutural. Sobretudo, é possível atestar as incoerências do sistema liberal, pois ao passo que em sua dinâmica produz um vácuo na sociedade, alinha o atendimento a estas demandas a seus interesses. Dentre todas as mais variadas formas de pensamento e articulação das ações no seio

social, só é possível conquistar a emancipação completa das opressões sociais a partir da superação ao capitalismo.

Referência Bibliográfica:

ALTHUSSER, Louis, **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2. Ed. Trad. De Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro, Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, M. A, **Terceiro Setor: as origens do conceito**. Disponível em: http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf

ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

BAVA, Sílvio Caccia. As ONG's e as políticas públicas na construção do estado democrático. **Revista do Serviço Público**, v. 45, n. 3, p. 97-100, 1994.

BIZARRIA, Fabiana P. A.; NOGUEIRA, Ana Rita R. M.; BARBOSA, Flávia L. S.; SOUSA, Antônia M. R, **Racionalidade, terceiro setor e o debate da corrupção em “Quanto vale ou é por quilo?”** *Pensamento & Realidade*, v. 32, n. 4, p. 3-25, 2017.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Políticas Públicas: conceitos, características e um olhar sobre o campo**.

FONTES, Virgínia. **Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantropica**. Uma publicação: OSAL, Observatório America Latina, ano IV, n. 19. CLACSO, Conselho Latino americano de Ciências Sociais. Buenos Aires, Argentina, julho 2006.

GRAMSCI, Antonio. Alguns pontos preliminares de referência. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, p. 11-30, 1978.

KURZ, Robert, **Os últimos combates**. Editora Vozes: 1998.

LOCKE, John. Segundo tratado Sobre o Governo Civil. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1974

LOPES, José Rogério, **Terceiro Setor a organização das políticas sociais e a nova esfera pública**. São Paulo em Perspectiva, 18(3): 57-66, 2004

LUCKÁCS, Georg. **História e consciência de classes: Estudo sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Sousa, 2003.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A teoria política do individualismo possessivo, de Hobbes até Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo: março de 2006

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl; Friedrich ENGELS, **Manifesto do Partido Comunista 1848**; tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal, Porto Alegre: L&PM, 2006.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Universidade de Brasília, 1981.

SALAMON, Lester, **A emergência do Terceiro Setor – uma revolução associativa global**. Revista de administração, São Paulo, v.33, n.1, p 5-11, 1998.

WEBER, Max, **Ciência e política: duas vocações**. Cap: Política como vocação. Editora Cultrix, 2004.

WOOD, Ellen, Meiksins. **Democracia contra o Capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo 2003.